

LIÇÕES DE ABRIL: CONSTRUÇÃO DE AUTORIA ENTRE OS PATAXÓ DE COROA VERMELHA *

América Lúcia Silva CÉSAR

RESUMO *Este texto apresenta pesquisa na área da Lingüística Aplicada em sua interface com a Antropologia, realizada entre os Pataxó de Coroa Vermelha, no período das comemorações dos 500 anos do Brasil. A análise tem o seu foco nas relações entre indígenas e não-indígenas e tenta redefinir o conceito de autoria, deslocando - o das concepções teórico-estéticas tradicionais, para enfatizar o seu caráter político. Numa perspectiva metadiscursiva, discute-se também o trabalho do pesquisador, como construção de autoria, destacando-se algumas questões de ética e metodologia de pesquisa no campo aplicado.*

ABSTRACT *Lições de abril: Authorship construction among the Pataxó of Coroa Vermelha. This text presents a research project conducted in the area of Applied Linguistics in its interface with Anthropology. Data was generated among the Pataxó of Coroa Vermelha during the period involving the celebration of Brazil's 500 years. This study which results in a doctoral thesis, focus the relationship between indians and non-indians in that period and attempts to redefine authorship rather than endorsing traditional concepts which link authorship to writing or to theoretical aesthetic relations. This work emphasizes its political aspect. From a metadiscursive perspectiva, the researcher role is also analysed and discussed, particularly concerning some ethical matters and methodological research procedures in applied domains.*

* Texto resultante da Tese de Doutorado, apresentada ao Curso de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 22 de maio de 2002, sob a orientação da Profª. Drª. Marilda do Couto Cavalcanti e co-orientação da Profa. Dra. Stella Maris Borttonni-Ricardo.

0. INTRODUÇÃO

Durante o período das chamadas comemorações dos 500 anos do Brasil, no conjunto dos acontecimentos de abril¹, a comunidade Pataxó de Coroa Vermelha (item 2) ganha especial destaque porque seu território abriga o lugar em que os primeiros portugueses teriam pisado em solo brasileiro e onde teria sido realizada a primeira missa do Brasil. Torna-se lócus privilegiado de parte dos eventos previstos no programa comemorativo oficial, cujo discurso procurava fortalecer o imaginário do Brasil como uma nação harmônica e homogênea, constituída a partir do ato inaugural dos aventureiros portugueses².

Provindos das mais diversas regiões do país, representantes indígenas, militantes do Movimento Negro e de diversos movimentos populares organizados em torno do Movimento Brasil 500 anos³, reuniram-se em Coroa Vermelha, no mesmo período, para manifestações políticas contra- a- corrente do discurso oficial, entre elas, a I Conferência Indígena, que concentrou cerca de 3.000 representantes indígenas de mais de 150 etnias e a Marcha dos 500 anos Brasil: Resistência Indígena Negra e Popular, que saiu de Coroa Vermelha em direção a Porto Seguro, no dia 22 de abril de 2000. Essa última manifestação foi reprimida violentamente pela Política Militar da Bahia, gerando imagens que foram veiculadas nos meios de comunicação para além das fronteiras nacionais⁴.

Porém, se o complicado jogo de interesses e expectativas gerado pelas “comemorações” dos 500 anos do Brasil colocou a Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha (item 2) como palco de embates que ganharam visibilidade extraordinária, com séria repercussão na sua organização material, social e política; por outro lado, diversos representantes dessa sociedade indígena, que foi “falada” pela força

¹ Por “acontecimentos de abril” entendo as ações governamentais oficialmente denominadas Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, e os atos do Movimento Brasil - Outros 500 que culminaram com Marcha e Conferência Indígenas e a Marcha do MST em abril de 2000, tendo como foco os eventos comemorativos dos 500 anos. Esses acontecimentos relacionam-se às diversas intervenções do governo na área indígena para realizar o seu projeto comemorativo. Entre elas, estão a implantação do Mini - Parque de Coroa Vermelha, que implicou profundas modificações na terra indígena, com demolições e remoções de ocupações indígenas e não-indígenas e a repressão policial às manifestações do Movimento Brasil Outros 500 no período das comemorações dos 500 anos.

² In: CUNHA, 1999. “Diretrizes e Regulamento da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil”.

³ O Movimento Brasil Outros 500, ou Brasil 500 anos: Resistência Indígena Negra e Popular, foi uma tentativa de articulação dos diversos segmentos e organizações populares para produzir um contradiscurso ao projeto do governo brasileiro para as comemorações dos 500 anos, com vistas a expor uma outra leitura dos fatos históricos e desvelar a situação em que se encontram os povos subjugados no processo de construção da nação brasileira.

⁴ Refiro-me às imagens da violência policial contra os participantes da Marcha Indígena em direção a Porto Seguro naquele 22 de abril, especialmente a imagem do índio Gilson Terena ajoelhado perante os coturnos e armas dos policiais da Polícia Militar da Bahia e a da agressão ao militante do Movimento Negro, que foi agarrado pelos cabelos e espancando no meio da rua.

econômica e discursiva do poder hegemônico, envolvidos na complexidade e intensidade dos acontecimentos que alteraram seu cotidiano, fizeram ecoar suas vozes numa multiplicidade de experiências singulares e contrastantes.

Neste artigo, retomo sucintamente os resultados da observação participante entre os Pataxó de Coroa Vermelha durante o ano de 2000, que coincide com os acontecimentos de abril, em pesquisa de cunho etnográfico (ERICKSON, 1984, 1987, 1989) e colaborativo (CAMERON et al., 1992) na área da Linguística Aplicada, em sua interface com a Antropologia. A análise etnográfica procurou descrever como o povo Pataxó, principalmente os Pataxó de Coroa Vermelha, na interlocução com representantes da sociedade dominante, sejam representantes diretos do Governo, sejam representantes de outros segmentos - sindicatos, ONGs, partidos, etc. -, no contexto dos acontecimentos de abril, tentaram produzir seus próprios discursos, construíram a sua autoria/autonomia.

De certo modo, a dimensão dos acontecimentos de abril também me fez, como pesquisadora, redimensionar a intenção inicial da pesquisa, que seria de observar a escola indígena para entender como professores indígenas em formação trabalhavam com a linguagem, e deslocou o meu olhar para fora da escola, levando-me a observar os mais diversos atores em movimento na comunidade indígena nesse período da sua história. Assim, numa perspectiva metadiscursiva, procuro discutir também o meu trabalho, enquanto “pesquisador” na complexidade do trabalho etnográfico, como uma construção de autoria.

1. REDEFININDO A AUTORIA

Por **construção de autoria** entendo aqui as práticas discursivas, realizadas individual ou coletivamente, no sentido de deslocar determinadas posições historicamente estabelecidas. Retomando as práticas discursivas como práticas sociais, movimentos ou percursos próprios, na maioria das vezes invisibilizados, com que os sujeitos enfrentam a ordem dominante, defino **construção de autoria** como práxis – fazer refletido (CASTORIADIS, 2000) –, ou “apropriação”, no sentido de “tornar próprio” (DE CERTEAU, 1985), quando o sujeito do discurso, no processo de interlocução, marca a sua “diferença” (BAKHTIN, 1997).

Com efeito, em cada domínio há os que podem “falar” e os que não podem. Os instrumentos de poder de nossa sociedade definem quem está autorizado a falar, ler e escrever, quem são “autores”. Nas instituições, como sindicatos, partidos, escolas, empresas, Estado, Igreja, família, as “posições de fala”⁵ são determinadas e o uso da

⁵ Estou considerando posições de fala o ordenamento dos lugares que, nas práticas discursivas, podem ser preenchidos pelos sujeitos, em oposição ao “lugar próprio” que é a construção de autoria, deslocada pelo ator social dos lugares instituídos.

palavra é regulado através de regimentos, constituições, programas e uma série de normas sociais, culturais e lingüísticas não-escritas (ORLANDI, 1990).

A definição dos lugares estanques de fala e ação se estende também nos limites do fazer acadêmico, quando se considera o especialista como a voz autorizada, e as ciências como os saberes próprios desse fazer/dizer. Nesse sentido, populações nativas subalternizadas, no interior das ciências sociais, têm o seu lugar marcado: o lugar de fala do “informante”, do “pesquisado”, do “observado”, base sobre a qual se constrói o discurso autorizado do cientista social.

No entanto, esses mecanismos de poder e dominação são contraditoriamente apropriados, exercidos, questionados e postos em xeque no interior mesmo das instituições, por minúsculas ações do universo cotidiano, ou pela ação crítica ou enfrentamento visível da ordem dominante, exercidos pelos sujeitos que as compõem. O discurso escrito e lido por um representante Pataxó na missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil é um exemplo de posicionamento crítico, contra a negação da sua possibilidade de falar, que se tornou notório; do mesmo modo que o gesto da mulher Pataxó que afasta os seguranças que impedem a entrada do seu grupo de parentes no palco da referida missa, ainda que invisibilizado na mídia, representou um enfrentamento da ordem instituída que possibilitou o referido discurso. Do mesmo modo, pode-se entender como enfrentamento da ordem dominante a tentativa de jovens Pataxó constituírem seu próprio grupo de pesquisa, com projeto próprio, para estudar sua língua, seus costumes e tradições, a partir do trabalho de conservação ambiental em seu território.

Assim, ao falar de autoria, considero a diversidade de práticas e atos⁶ sociais e discursivos, realizados por sujeitos individuais ou coletivos, no sentido de deslocar determinadas posições hegemonicamente constituídas. Nesse sentido, torna-se uma prerrogativa de “autoria” a possibilidade de produzir o “gesto de fala”, que vai desde o simples abrir a boca e falar nos lugares onde o possível falante não é ratificado pelo seu interlocutor ou situação, àquelas ações ou falas que abalam visivelmente as posições de poder instituídas, inaugurando um “lugar próprio”. Esses gestos, por si mesmos, ou diante da possibilidade de serem “narrados”, “(re) lidos”, “(re) escritos”⁷ por diversos atores sociais, constituem movimentos, construções de autoria. São também as “práticas comuns, experiências particulares, as solidariedades, as maneiras de fazer e um conjunto de possibilidades e métodos que permitem articulá-

⁶ Embora existam distinções entre práticas, gestos e atos, tomo esses conceitos – que podem ser definidos e redefinidos a partir do contexto em que são utilizados – ainda livremente.

⁷ “Ao ler produzimos um texto dentro de um texto, ao interpretar criamos um texto sobre um texto, e, ao criticar, construímos um texto contra um texto. Ler o mundo e a palavra significa compreender os códigos culturais e genéricos que nos capacitam a construir uma história a partir das palavras, história que podemos contar com nossas próprias palavras. (...) Em outras palavras, refere-se ao ato de apropriar-se de valores culturais no dia-a-dia” (McLAREN; GIROUX, 2000, p. 45)

las” (DE CERTEAU, 1985, p. 38) , as “manhas”⁸ (FREIRE, 1982), as “posições de sujeito resistentes” (McLAREN; GIROUX, 2000), as mais diversas formas com que os sujeitos exercitam a sua “diferença” . A construção de autoria, assim, abarca um “princípio de liberdade e criação” e uma disposição para enfrentamento da ordem instituída.

Entendendo **autoria** enquanto práxis, privilegia-se o aspecto sócio-histórico das práticas discursivas, não-reiteráveis enquanto acontecimento. Considerando-se que o enunciado é um acontecimento discursivo único, um todo acabado; mas, como tal, faz parte de uma cadeia sócio-discursiva do fazer histórico em que qualquer dizer se insere (BAKHTIN, 1997), a **construção de autoria** invoca principalmente a possibilidade de deslocamentos produzidos por atores sociais nas suas práticas discursivas como condição do fazer incessante da história. Para enfatizar o caráter sócio-histórico da **autoria**, associo esse conceito tal como formulado aqui ao de **autonomia** (CASTORIADIS, 2000); autonomia como instância de enfrentamento da heteronomia, ou regulação pelo outro, um fazer instituinte, em constante tensão com o instituído, que se constitui na práxis. Então, autoria, nesse contexto, pode ser entendida como uma práxis em que os diversos sujeitos envolvidos, coletivamente, de forma complexa e contraditória em si mesma, apropriam-se das condições dadas e respondem a elas com a marca das diversas subjetividades que constituem e se constituem nesse processo de interação e atuação políticas em direção à autonomia.

Na análise dos acontecimentos de abril, apresento apenas alguns pontos do que considero as melhores “lições de abril”. Digo “lições” porque foi possível aprender algo sobre relações interétnicas na complexa rede em que se conectavam aspectos internos dessa comunidade indígena e um conjunto diversificado de interesses no âmbito nacional e global, além de várias outras questões, inclusive teóricas. A análise das “lições de abril” expõe alguns mecanismos da resistência indígena, que estou chamando **construção de autoria/autonomia**, ao discutir como representantes Pataxó atuaram no sentido de metaforizar a ordem dominante, a partir de uma lógica que se situa num tempo e espaço próprios, ditados pelo *ethos* Pataxó.

2. OS PATAXÓ DE COROA VERMELHA

Os Pataxó são hoje a sociedade indígena mais numerosa no Estado da Bahia, com mais de 6.000 representantes entre os chamados Pataxó Meridionais e Pataxó

⁸ “As manhas se explicitam na linguagem (...) . Se não fossem as manhas, os oprimidos se acabariam(...)a violência dos exploradores é tal que se não fossem as manhas, não haveria como agüentar o poder e a negação que se encontram no país(...) Essas manhas, eu não tenho dúvida alguma de que se não seria no meio desses índios que essas manhas não existam. Há 480 anos eles são obrigados a serem manhosos. Na medida em que nós fôssemos capazes de compreender as manhas (...) e o papel delas (...) não tenho dúvida de que mais adiante a gente descobriria que as manhas iriam tornar-se métodos pedagógicos.” – Palestra proferida por Paulo FREIRE (1982) no Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Hã-Hã-Hãe, distribuídos em 18 aldeias⁹. Apesar dessa dispersão, os Pataxó encontram-se num significativo processo de organização e articulação política nas duas últimas décadas, realizando várias retomadas das suas terras e lutando pela regularização da sua posse. Com propósitos e demandas políticas específicas, têm afirmado a organização entre si como fundamental para o seu fortalecimento étnico e político, em virtude da desvantagem em que se encontram diante do governo e do Estado nacional brasileiro. A luta pela terra e por outros direitos, a exemplo da educação escolar indígena, funde-se também nesse esforço de reafirmação étnica e autonomia política.

A Aldeia de Coroa Vermelha, a maior das aldeias Pataxó, começa a se formar no início da década de setenta, por pataxós que vêm principalmente da Terra Indígena de Barra Velha e Monte Pascoal, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Situa-se em pólo turístico, no município de Santa Cruz Cabralia, entre Porto Seguro e Belmonte, nos km 76 a 79 da BR-367. Como aldeia, experimenta um crescimento populacional surpreendente, se considerarmos que, no ano de 1989, possuía um quadro de aproximadamente 200 indivíduos no inverno e 350 no verão (BIERBAUM, 1990), e em 2001 a sua população girava em torno de 2.300 habitantes¹⁰, número que aumenta quando chega a época da alta temporada turística, com a vinda de parentes de outras aldeias para trabalhar ou participar das festas de fim de ano.

GRÜNEWALD (1999) revela que a permanência dos índios Pataxó em Coroa Vermelha credita-se em parte à intervenção de um certo Capitão Raimundo, responsável pela área sob o domínio da União, ocupada pelos primeiros pataxós. O Capitão Raimundo, de certa forma, admitiu a ocupação do lugar pelos pataxós por entender que, como um território simbólico da História do Brasil, onde foi rezada a primeira missa pelos portugueses, era bem vista a presença de “alguns índios” naquela região para recompor o cenário histórico do descobrimento.

Como um núcleo que se foi formando paulatinamente com a vinda de diversos pataxós de outras aldeias, principalmente Barra Velha, ou mesmo pataxós desaldeados, apresenta-se hoje como uma comunidade heterogênea, e com uma dinâmica interna bastante complexa. Se parece certo que alguns de seus representantes, quando falam da aldeia, tratem-na por “a comunidade” – que, segundo os próprios índios, “são todos os índios ali” – também demonstram

⁹ São dos Pataxó Meridionais, ou Pataxó do Monte Pascoal, as seguintes aldeias: Águas Belas, Aldeia Nova do Monte Pascoal, Aldeia Velha, Barra Velha, Boca da Mata, Caí, Coroa Vermelha, Corumbauzinho, Guaxuma, Imbiriba, Meio da Mata, Mata Medonha, Trevo do Parque. Além disso, tem-se a Terra Indígena Fazenda Guarani, em Minas Gerais, cujos habitantes, chamados Pataxó de Minas, têm Barra Velha como referência identitária, como aldeia-mãe. Ocupando outro território, ao sul do Estado, encontram-se Aldeias Pataxó Hã-Hã-Hãe de Caramuru, Baheté, Panelão e Nova Vida (Dados fornecidos pela Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI).

¹⁰ Segundo informações obtidas com membros Pataxó da comissão de coordenação do projeto de construção de habitações na aldeia.

organizá-la a partir de ramificações maiores de parentesco direto e são bastante diversas as redes de relações que estabelecem entre si, bem como as cargas semânticas atribuídas às práticas sociais locais.

3. AS LIÇÕES DE ABRIL

Destaco apenas seis "lições" que se relacionam diretamente aos acontecimentos de abril, por me parecerem emblemáticas desse movimento de resistência indígena que pude analisar a partir da observação participante, entre os membros da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha. São elas: 1. a implantação da cruz de Mário Cravo Neto, em substituição à cruz de pau brasil que existia há mais de 20 anos na Aldeia - referência para a identidade étnica desse grupo. Esta cruz antiga, um ano depois, é retomada e recolocada no seu lugar de origem, contrapondo-se à ordem governamental que proibia a exposição das duas cruzes no mesmo lugar; 2. a reconstrução do Monumento à Resistência dos Povos Indígenas na América Latina, que teve a primeira iniciativa de construção pela comunidade Pataxó abortada pela intervenção da Polícia Militar, no período de abril de 2000 e que foi reconstruído um ano depois pelos Pataxó no Monte Pascoal; 3. a condução política das lideranças Pataxó durante a Conferência e Marcha Indígenas, contrapondo-se, de um lado, ao discurso oficial e, do outro, ao discurso pode-se dizer também hegemônico no interior do movimento Brasil Outros 500; 4. a resistência das mulheres Pataxó na defesa do seu território, enfrentando com diversas intensidades e formas as pressões para a demolição das suas casas, feitas por representantes do governo e algumas lideranças Pataxó; 5 o trabalho de retomada e conservação de uma reserva de Mata Atlântica, a Reserva da Jaqueira, realizado por grupo de jovens Pataxó. A organização e o trabalho desse grupo foi fundamental para dar sustentação à participação de Matalawê Pataxó - um jovem professor da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha - na missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil; e, 6. a construção do discurso de Matalawê Pataxó e a sua fala no altar da missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil, a despeito da proibição explícita de pronunciamento oral ou escrito dos Pataxó na referida missa, estabelecida pelas lideranças locais e pelos representantes da CNNB e do governo.

Ao olhar para esses movimentos de autoria/autonomia, foi possível compreender que a escola indígena Pataxó incorpora as formas de organização social e cultural dessa comunidade, em constante tensão com o próprio modelo de escola hegemônico¹¹. Esse movimento de "apropriação" pode ser percebido na medida em que os diversos fazeres/saberes circulam a partir de uma práxis que a

¹¹ Quando se trata de escola indígena, é preciso considerar que o modelo hegemônico encontra-se também em conflito com o modelo que se impõe no discurso de técnicos, especialistas e mesmo de professores indígenas como "ensino diferenciado e bilíngüe".

constitui como instituição, mas, ao mesmo tempo, corri o instituído nas suas práticas em sintonia com a lógica interna da comunidade indígena. Assim, ao fixar a análise na dimensão dos acontecimentos de abril, foi possível constatar que a pergunta central da pesquisa “como se constrói a autoria na formação do professor” foi abordada na própria flexibilidade que permite a prática etnográfica. Ou seja, o professor estava lá, mas fora da escola e do curso de formação, nos espaços de construção política, social e cultural da sua aldeia, ali também ele se formava e essa inserção era fundamental para construir a sua “autoria/autonomia” na escola indígena. Na medida em que a escola é um microcosmo desse mundo social, político, cultural, de dentro e de fora da aldeia, em estreita conexão, o professor – e a escola indígena – se constrói e reconstrói sintonizado com o projeto político e a história da sua comunidade. Nesse sentido, para ter maior lucidez dessa dimensão sócio-histórica, o pesquisador precisou olhar para a comunidade indígena na intensidade dos acontecimentos de abril, quando as tensões ficaram mais facilmente visíveis; ou seja, precisou sair literalmente da sala de aula. E a partir daí também redefinir a categoria central com que trabalhava, a autoria, numa dimensão para além da escrita e da dimensão teórico-estética com que tradicionalmente vem sendo concebida. Nesse sentido permitiu-se entender de um outro modo os sentidos da auto-reflexividade e do posicionamento necessários para a constituição do “gesto de fala” do sujeito/autor.

Compreender a autoria no sentido que foi definido aqui significa dizer que o “sujeito-autor” (ouvinte/falante, escritor/leitor), para se constituir, sustenta-se no “sujeito político” que, por sua vez, constitui-se coletivamente na própria práxis. Ou seja, no momento em que o sujeito “fala”, age a partir de uma certa identidade, fala de uma memória social/pessoal, de uma utopia, “um lugar de ação”; a sua voz se sustenta no “sujeito operante”, no que “age sobre” e se transforma incessantemente. É na história compartilhada, na luta coletiva que os discursos em defesa do “território” ou de afirmação étnica são construídos, mas se fazem também de formas diversas, em tempos diversos, de acordo com a história e a subjetividade dos atores/autores. Tudo indica que a relação pessoal de Matalawê Pataxó com a Igreja Católica – por exemplo, a prática de organizar o discurso e falar todos os anos na missa comemorativa de 21 de abril, rezada ao pé da cruz de pau Brasil com a participação de boa parte da comunidade indígena, conforme relato do próprio Matalawê – proporciona algumas condições que o aproximam do altar da missa dos 500 anos como orador. Contudo, essa inserção é movida pela história compartilhada com o povo Pataxó e todos os outros povos indígenas que tiveram sua liberdade e direitos constitucionais violados pela ação violenta da polícia no dia 22 de abril de 2000. Do mesmo modo que suas experiências coletivas no movimento indígena, seu trabalho em diversas frentes – na escola, no curso de formação de professores, no trabalho de proteção ambiental –, direcionadas para a afirmação de um projeto coletivo mas também pessoal, definem essa singularidade, essa autoria. Ou seja, foi possível observar que, no cruzamento da história pessoal com a história coletiva, em

determinados momentos, sob certas condições, encontra-se o lastro para que o sujeito-autor projete, realize a sua autoria. Assim também as mulheres Pataxó, que têm uma história coletiva de resistência e luta pela terra que as levam a defender com intensidade o seu território doméstico, no entanto, constroem distintamente o seu enfrentamento, a depender da história de cada uma nessa trajetória coletiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na própria reflexividade da prática etnográfica, o **pesquisador** inicialmente convocado para a observação da escola indígena na tentativa de colaborar no processo de formação do professor indígena em serviço, define também um movimento de autoria, principalmente ao deslocar-se na direção do contexto mais amplo da pesquisa, contrariando as definições acadêmicas do projeto inicial, centrado no microcosmo da escola indígena.

No decorrer da investigação de campo, as intervenções que resultavam das atividades do observador/pesquisador deixavam entrever diversos conflitos e contradições, que constituíram uma vertente para reflexão mais cuidadosa, no sentido de discutir sobre o que fazemos nós, intelectuais, quando em contato com as minorias. Obviamente, qualquer análise auto-reflexiva, por mais rigorosa que seja, tem os seus limites, que ficaram evidentes no decorrer da experiência de campo, quando, do outro lado, como pesquisador, pude observar práticas discursivas que envolviam agentes externos que transitam na rede complexa de relações que chamávamos “comunidade indígena”.

Os dilemas, portanto, foram vários e de várias naturezas, mas, entre eles, é possível destacar dois aspectos principais:

- a) o dilema do “lugar próprio” (DE CERTEAU, 1985), ou seja, o trabalho nas fronteiras das disciplinas e a constatação do quanto esse território é movediço; e,
- b) algumas questões mais evidentes do trabalho etnográfico, a partir da experiência de campo, para alinhar possíveis contribuições e problemas no campo da Linguística Aplicada que dizem respeito às relações entre conhecimento e poder.

Assim, o percurso de pesquisa e escrita da tese foi uma experiência fundamental para definição dos próprios instrumentos da análise, que desejo provisórios, como forma de estabelecer uma discussão, no campo aplicado, que possa realmente trazer algumas pistas para uma maior compreensão do nosso papel enquanto pesquisadores em contato com grupos ou povos historicamente subjugados, principalmente quanto aos interesses e utopias que conduzem hoje a sua trajetória em busca da **autonomia**. Essa perspectiva é sumamente interessante

quando se trata de compreender, por exemplo, a escola e o letramento escolar no contexto do movimento de afirmação étnica e política dos povos subalternizados.

Pensar nessa direção significa que precisamos, ao fazer LA ou Antropologia, por exemplo, discutir as políticas de ensino e pesquisa nas universidades públicas, o ensino público em todos os níveis oferecidos no Brasil, os orçamentos e recursos destinados à educação diferenciada, à pesquisa, e as maneiras de conseguir colocar na formulação das políticas de pesquisa um compromisso com essa realidade. Acredito que deveria haver uma margem de interlocução, nas nossas motivações e resultados de pesquisa, no sentido da consideração dos projetos dos povos com que trabalhamos. Aliás, essas possibilidades de pesquisa já estão sendo tentadas isoladamente por grupos de pesquisa que se articulam de variadas formas no universo dos programas de pós-graduação. Contudo, ainda parece necessário fortalecer e ampliar essas redes.

Creio que, na medida em que o ato de pesquisa não seja apenas uma circunstância isolada na vida de um ou outro pesquisador, mas se inscreva numa prática científica delineada a partir de um projeto político, teórico e ético comum, em cooperação com as comunidades “observadas”, implicará numa mudança significativa, e não só do instrumental teórico –metodológico. Até porque, se houve uma lição que foi aprendida entre os Pataxó de Coroa Vermelha, nesse período, é que não é mais possível fazer do jeito que sempre foi feito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. (1988). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1990). *Questões de literatura e estética*. Tradução de Aurora Bernadini et al. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- _____. (1997). *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- BIERBAUM, B. (1990). *Fazer a flecha chegar ao céu novamente*. München (datilografado) 6p.
- CAMERON, D. et al. (1992). *Researching Language: issues of power and method*. London: Routledge.
- CASTORIADIS, C. (2000). *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. São Paulo: Paz e Terra.
- DE CERTEAU, M. (1985). *A Invenção do cotidiano: as artes do fazer*. Tradução Ephain Alves. Petrópolis: Vozes.
- ERICKSON, F. (1984). What makes school ethnography ethnographic? *Anthropology and Education Quarterly*. [s. l.] n.15.
- _____. (1987). Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. *Anthropology and Education Quarterly*. [s. l.] 18/4, p.335-336.
- _____. (1989). Metodos Cualitativos de Investigación sobre la Enseñanza; in: M. WITTRICK. *La investigación de la enseñanza, II: métodos cualitativos y de observación*. Ediciones Paidós. Barcelona.

- FREIRE, P. (1982). Um diálogo com Paulo Freire sobre Educação Indígena. Entrevista concedida na Assembléia do CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Cuiabá, ago.
- KNJNJK, G. (1996). *Exclusão e resistência: educação matemática e legitimidade cultural*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- McLAREN, P. & GIROUX, H. (2000). Escrevendo das Margens: Geografias de Identidade, Pedagogia e Poder. In: McLAREN, P. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Tradução de Márcia Moraes. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ORLANDI, E. (1990). *Terra à vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. Campinas: Unicamp.